

Inspeção escolar: uma reflexão acerca das atribuições e desafios da inspeção escolar

School inspection: a reflection about the responsibilities and challenges of school inspection

Luciene de Souza Torres Gomes

Pedagoga exercendo função Presidente da Comissão de Enquadramento

ORCID: 0000-0002-0650-0693

DOI: 10.47573/aya.5379.2.76.11

RESUMO

O presente trabalho objetivou promover uma reflexão acerca das atribuições e desafios da Inspeção Escolar no contexto educacional, evidenciando o seu papel na melhoria da qualidade de ensino. O estudo, de enfoque Qualitativo e nível Descritivo teve como locus da pesquisa a Secretaria de Educação do Amazonas, dividindo-a em duas etapas principais: a primeira diz respeito a construção de um referencial teórico sobre a importância da inspeção no contexto educacional e a segunda, direcionada a pesquisa de campo, realizada mediante aplicação de questionários de múltipla escolha e da observação participante por meio das anotações em Diário de Campo e entrevistas semiestruturadas, todos aplicados com pessoas que exercem a função de Inspetor Escolar, permitindo traçar um perfil desse profissional. A análise dos dados foi desenvolvida a luz dos teóricos: Luck (1997; 2009), Libâneo (2001;2009), Cury (2014), Augusto (2010), Santos (2008). Especificamente, buscou-se descrever as atribuições da inspeção escolar a partir das demandas de trabalho na Secretaria e os desafios enfrentados no contexto educacional.

Palavras-chave: inspeção escolar. qualidade do ensino. gestão democrática.

ABSTRACT

The present work aimed to promote a reflection on the attributions and challenges of the School Inspection in the educational context, highlighting its role in improving the quality of education. The study, with a Qualitative focus and Descriptive level, had as its research locus the Department of Education of Amazonas, dividing it into two main stages: the first concerns the construction of a theoretical framework on the importance of inspection in the educational context and the second, directed to field research, carried out through the application of multiple-choice questionnaires and participant observation through notes in Field Diary and semi-structured interviews, all applied to people who perform the role of School Inspector, allowing to draw a profile of this professional. Data analysis was developed in the light of the theorists: Luck (1997; 2009), Libâneo (2001;2009), Cury (2014), Augusto (2010), Santos (2008). Specifically, we sought to describe the attributions of school inspection based on the demands of work in the Department and the challenges faced in the educational context.

Keywords: school inspection. teaching quality. democratic management.

INTRODUÇÃO

Ao mencionar a Inspeção Escolar logo se remete à figura do Inspetor, reporta-se geralmente ao imaginário de um profissional sério, que andava pelos corredores, sendo “os olhos da escola”. Em um cenário do passado as atividades desenvolvidas por esse profissional não eram bem aceitas, por suas características e discursos de fiscalização. Hoje, o inspetor escolar atua dentro de uma postura mais democrática, colaborativa, fazendo com que as legislações educacionais sejam cumpridas dentro do sistema.

Nessa perspectiva, o Inspetor Escolar é o profissional que vai colaborar para que a escola funcione dentro da legalidade, como por exemplo; a normatização do uso do celular dentro das escolas, da internet, da legalização do nome social, da transferência de uma escola para

outra, bem como, a garantia que a documentação dos alunos seja resguardada de forma legal.

No entanto, tais ações de caráter normativo exigem deste profissional a formação qualificada no desempenho de suas atribuições, maiores conhecimentos quanto da sua atuação no contexto micro e macro do sistema educacional.

Sendo assim, como aporte teórico, organiza-se esse artigo a partir de um breve histórico acerca do trabalho da inspeção e sua importância no cenário educacional, além das transformações ocorridas em relação ao processo educativo, destacando o papel do inspetor na construção democrática do ensino. Por fim, descrevem-se os desafios enfrentados por este profissional no sistema público de ensino e apresentam-se as considerações e conclusões pertinentes à problemática pesquisada.

A INSPEÇÃO ESCOLAR E SUA RELEVÂNCIA: BREVE HISTÓRICO

Para se compreender a Inspeção escolar é necessário primeiro resgatar a história dessa profissão no Brasil. O ofício de inspecionar a educação brasileira é antigo, se dá antes mesmo do Período Imperial. Segundo Saviani (2002, p. 23), nesse período, “cabia ao inspetor presidir os exames dos professores e lhes conferir o diploma, autorizar a abertura de escolas particulares e até mesmo rever os livros, corrigi-los ou substituí-los por outros”.

Por sua vez a atribuição do inspetor não necessariamente era vinculada à gestão da escola, estava mais voltada a inspeção do ensino, mais focada no que o professor estava fazendo, se estava trabalhando todo conteúdo, se estava ausente, o número de alunos e demais atividades desenvolvidas pelo professor, portanto, contrapondo-se ao pensamento do docente e por isso, tornando-se, em grande parte dos casos, uma pessoa não grata ao ambiente escolar.

Mas, qual a origem etimológica dessa palavra “**Inspeção**” Essa palavra pode se referir a uma análise criteriosa feita com o objetivo de encontrar problemas ou a um estudo técnico detalhado. De acordo com a etimologia a palavra tem origem no grego *inspectio*. Onis e no latim *inspectiōne*. No Português brasileiro, significa “ação de olhar, exame, observação e fiscalização”. Inspeção significa examinar ou observar com atenção aos detalhes.

Essa assertiva recai sobre a fiscalização a partir de um olhar atento para a educação e no universo que norteia a escola, envolvendo os processos gerenciais da secretaria de educação no ambiente escolar.

Augusto (2010, p. 76) menciona que “a trajetória da inspeção, no histórico da educação no Brasil, remonta a 1756, no exercício de um papel legitimador da estrutura burocrática, de poder do Estado, em manter a escola sob seu controle”. Neste contexto, as pessoas que exerciam tal função eram da confiança das autoridades locais.

Com o aumento dos estabelecimentos de ensino houve a necessidade da organização de um sistema para o controle das atividades educacionais. Nesse cenário tornou-se importante a presença do inspetor escolar na organização do sistema público da educação brasileira, principalmente com a democratização da escola.

Apesar dessa importância, o caráter fiscalizador desse serviço se manteve diretamente ligada ao poder do Estado, no sentido de executar as Políticas Públicas nas décadas de 1960.

De acordo com Barbosa (2008):

A aprovação da LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal 4024/61) o Estado passa a assumir o controle do ensino primário como também do ensino médio, que até então, era da competência do órgão Federal. Sendo assim, o processo de controle do Estado se intensifica. E o Inspetor Escolar torna-se submisso às normas Estaduais, que por sua vez, são subordinadas às leis federais. A Lei Federal 4027/61, além de delegar aos Estados e ao Direito Federal poderes para autorizar, reconhecer e inspecionar os estabelecimentos de ensino primário e médio estabelece também a qualificação do inspetor escolar. Barbosa (2008, p. 47)

Nesse pressuposto, a LDB 4024/61, regulamenta a função da inspeção escolar a nível nacional por meio de “concurso público e títulos de provas” e o profissional deveria “possuir conhecimentos técnicos e pedagógicos” (BRASIL, 1961, s/p).

Com a reforma do ensino, ocorrida através da LDB 5692/71, que estabeleceu a organização do ensino em 1º e 2º graus, a formação exigida para atuar como inspetor escolar foi modificada. Para atuar na função de inspetor escolar, o profissional deveria ser formado em Curso Superior, com duração curta ou plena, ou de pós-graduação.

Por fim, a última LDB (Lei 9394/1996) amplia o conceito de educação, ratifica a Constituição Federal quando afirma que a educação é um direito da sociedade e dever da família e do Estado (BRASIL, 1996, s/p).

Na referida LDB o inspetor é formado em curso de Nível Superior conforme art. 64:

A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, **inspeção**, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional. (BRASIL, LDB, 1996, grifo nosso).

Resumidamente a Inspeção escolar nas LDBs tem as seguintes características explicitadas no quadro a seguir:

Quadro 1 – Característica da Inspeção Escolar nas Legislações

LDB	ARTIGO	CARACTERÍSTICAS
4024/61	Art. 65	O inspetor de ensino, escolhido por concurso público de títulos e provas, deve possuir conhecimentos técnicos e pedagógicos demonstrados de preferência no exercício de funções de magistério de auxiliar de administração escolar ou na direção de estabelecimento de ensino
5692/71	Art. 33	A formação de administradores, planejadores, orientadores, inspetores, supervisores e demais especialistas de educação será feita em curso superior de graduação, com duração plena ou curta, ou de pós-graduação.
9394/96	Art. 64	A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a Educação Básica, será feita em cursos de graduação em Pedagogia ou em nível de pós-graduação.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

De acordo com Augusto (2010) A inspeção cuida da organização e funcionamento das escolas em todos os seus aspectos. Dessa forma, o resgate desse serviço, de maneira abrangente está dentro da legalidade e pode contribuir com a educação, garantindo que as ações escolares sejam realizadas com respaldo e garantias legais, é uma maneira até de prevenir problemas futuros.

A Inspeção e suas atribuições

A função da inspeção escolar está relacionada ao funcionamento da instituição de ensino, sua organização e legalidade. Para Grouwe (2006, p. 56), uma relação muito forte com o Estado, o qual representa junto à sociedade. Por tais razões, é vista, muitas vezes, como os olhos e a mão do Estado, junto às comunidades escolares. A sua ação é dada como de controle, daí o seu caráter impopular. Os Inspectores Escolares exercem as atividades relativas à vigilância, à avaliação externa, à verificação das obrigações, porém não necessariamente é controle, e sim, medidas preventivas para que dentro da legalidade as Instituições não apresentem problemas futuros.

Observa-se que hoje, o inspetor escolar, além de competência, busca atuar dentro de uma postura mais democrática, porém não abandonou o caráter fiscalizador exigido pelo próprio sistema. Seu papel atualmente, não se resume em detectar falhas, desvios e denunciá-los aos órgãos superiores, mas também, encontra-se comprometido com aspectos preventivos, corretivos e de assessoramento. Esse profissional deve sempre estar bem instruído sobre a legislação educacional para reunir condições de prestar auxílio às instituições escolares, professores e alunos.

O cargo de Inspetor Escolar embora tenha perdido o prestígio de décadas anteriores, exerce ainda no cenário educacional, grande poder de atração entre os funcionários da educação, apesar de ser considerada por muitos como uma função impopular e quase em extinção, devido ao número reduzido de profissionais que atuam, sendo que esses profissionais, são extremamente necessários para o andamento da boa gestão.

De acordo com Libâneo (2018), a escola é vista como um espaço educativo, uma comunidade de aprendizagem, um lugar em que os profissionais podem decidir sobre seu trabalho e aprender mais sobre sua profissão. A organização e a gestão da escola adquirem um significado bem amplo, além das questões administrativas e burocráticas, elas são entendidas como práticas educativas, pois passam valores, atitudes, modos de agir, influenciando as aprendizagens de professores e alunos.

É nesse sentido, que quando se fala sobre a participação democrática da educação, deve-se repensar o funcionamento das escolas, não é parar a escola e repensar cada problema da sociedade, mas é, rever sua rotina, rever seu posicionamento frente a todos esses problemas, ou seja, é pensar na função social da escola, que é, além de tudo, colaborar na formação de novos cidadãos.

Todos esses fatores nos remetem à gestão escolar, visto que para que esta atinja seu objetivo, de agir democraticamente, irá precisar da participação de todos os técnicos da sua escola, seja professor, seja administrador, orientador, supervisor, inclusive o Inspetor Escolar, dando autonomia para que os mesmos sugiram, opinem, colaborem e participem efetivamente dessa gestão.

Lück (2009), ressalta que a participação consiste numa expressão de responsabilidade social intrínseca à expressão da democracia. Para a autora, a Gestão Democrática é um processo que cria condições e estabelece as orientações indispensáveis a fim de que os membros de uma coletividade assumam os compromissos necessários para a sua efetivação.

E destaca da seguinte maneira esse entendimento:

A participação constitui uma forma significativa de, ao promover maior aproximação entre os membros da escola, reduzir desigualdades entre eles. Portanto, a participação está centrada na busca de formas mais democráticas de promover a gestão de uma unidade social. As oportunidades de participação se justificam e se explicam, em decorrência, como uma íntima interação entre direitos e deveres, marcados pela responsabilidade social e valores compartilhados e o esforço conjunto para a realização de objetivos educacionais (LÜCK, 2009, p. 71).

É possível perceber nessa afirmação que para se progredir rumo à conquista de resultados favoráveis no processo de ensino e aprendizagem dos educandos é de grande relevância a participação entre os profissionais da instituição, pensando seus atos como responsabilidade social na escola. Dentro dessa perspectiva, enfatiza-se um papel muito importante dessa gestão, a figura do Inspetor escolar, fazendo parte do “staff” da educação, é esse profissional que em dado momento torna-se imprescindível para a gestão da educação e a melhoria da qualidade do ensino. A função do Inspetor Escolar, também tem a ver com as políticas da educação, com a gestão da educação, no aspecto pedagógico de orientação e não de fiscalização aos professores.

A inspeção escolar tem a função de supervisionar os aspectos administrativos e pedagógicos e os entrelaçamentos entre o sistema de ensino e a instituição escolar, ou seja, sua função é administrativa e pedagógica, ele passa a ser um grande orientador e colaborador para esse processo de transformação na educação, orientando e agindo dentro do sistema de ensino em prol da melhoria do ensino nas Instituições.

Os desafios do trabalho do inspetor escolar

A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como um direito social (BRASIL, 1988). Numa nação democrática, garantir direitos é uma incumbência do Estado e para essa função existem alguns agentes públicos, entre eles o inspetor escolar. É sabido que inspeção escolar não existe em todos os estados brasileiros, porém, nos estados em que ela se faz presente percebe-se a existência de um sistema educacional organizado que busca efetivar o direito à educação, principalmente a pública. De acordo com o art. 64 da Lei nº 9394/96, o inspetor escolar deve ter formação em Pedagogia em nível de graduação ou pós-graduação (BRASIL, 1996). Dessa forma, é possível entender que o Inspetor Escolar possui conhecimentos pedagógicos para exercer sua função de forma a intervir nas ações da escola.

O Serviço da Inspeção Escolar tem o cuidado de trabalhar com a aplicação das Leis que regem a educação, possui conhecimentos pedagógicos para que possa intervir e desenvolver suas atividades. O Inspetor Escolar, atuando diretamente nas escolas, poderá identificar e intervir nos fatores determinantes das ações escolares, colaborando com professores e gestores para que ajam dentro da legalidade.

A prática desse serviço frente os desafios de se fazer educação numa sociedade em constante evolução, onde as formas familiares mudaram, onde regras e normas foram atualizadas, mostra que o Inspetor Escolar, continua atento às tais mudanças e atua efetivamente em prol da qualidade do ensino, sendo um grande colaborador nesse processo.

Metodologia e instrumentos de pesquisa utilizados

Os procedimentos metodológicos aplicados à investigação, a partir das informações ob-

tidas durante a pesquisa. Segundo Lakatos e Marconi (2001, p. 43) “a pesquisa é um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento”. A pesquisa, portanto, é um procedimento formal, com métodos e pensamentos reflexivos, que requer rigor científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.

A abordagem da pesquisa foi mista, de Enfoque Qualitativo e de Nível Descritivo, possibilitando a pesquisadora ponderar aspectos que os números, às vezes, não dão conta, como destacam Silveira e Córdova (2009). Em outras palavras, com a pesquisa qualitativa buscou-se compreender a função inspetora, identificando suas particularidades e experiências individuais, entre outros aspectos.

O fato de ser a pesquisa descritiva exigiu da investigadora uma série de informações, estas foram coletadas através de análise documental, questionários, observações participante e entrevistas.

O locus da pesquisa foi a então Gerência de Monitoramento e Auditoria Escolar – GE-MAE, que faz parte do Departamento de Gestão Escolar – DEGESC, na Sede da Secretaria de Estado de Educação do Amazonas, localizada na zona centro sul da cidade de Manaus. O público alvo da pesquisa foram os Inspectores que atuam na Gerência, os gestores das escolas, sendo uma amostra de 2 escolas.

Os dados coletados para a pesquisa se deu a partir da Observação Participante, em que os registros foram pontuados no diário de campo. O Diário de observação foi realizado da seguinte maneira: era anotado o que acontecia a cada dia, registravam-se as reações e percepções. Marconi e Lakatos (1996) consideram que as observações são para “[...] identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento”.

Ponto importante do estudo foi a análise documental e bibliográfica sobre Inspeção Escolar e Legislação Educacional vigente. A pesquisa documental permitiu identificar quais foram as maiores demandas da Inspeção e como os atendimentos foram realizados.

No sentido de confirmar e complementar os dados da pesquisa foi realizada Entrevista Semiestruturada com os inspetores da Gerência de Monitoramento e Auditoria Escolar – GE-MAE. Na visão de Gil (2008) a entrevista é um diálogo onde o entrevistador busca por dados e o entrevistado se torna fonte de informações. Lakatos e Marconi (2003, p. 195) apontam também que a entrevista é “um procedimento utilizado na investigação social, para coleta de dado ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social”.

O questionário foi aplicado aos inspetores que atuam na GEMAE. Esse questionário teve o objetivo de coletar a percepção dos inspetores frente à sua rotina de trabalho e as principais dificuldades encontradas. Na visão de Gil (2008, p. 121), o questionário tem “o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações”.

A amostra dos sujeitos foi intencional, pois os mesmos foram escolhidos pelo pesquisador, sendo que os critérios adotados para inclusão dos inspetores na pesquisa foram: Ser Inspetor de formação, trabalhar na Gerência de Monitoramento e Auditoria Escolar, na sede da

SEDUC/AM e para os gestores, os critérios foram: ser efetivo do quadro da secretaria, estar ou já ter passado pela gestão de escolas pertencente à rede pública do Estado. Para os critérios de exclusão foram adotados os seguintes critérios: o fato de não ser inspetor, não atuar na Gerência e não fazer parte do quadro efetivo da Secretaria.

Para análise dos dados, utilizamos a Técnica da Análise de Conteúdo que segundo (BARDIN, 1997) trata de um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos, de descrição do conteúdo das mensagens. A Análise de conteúdo como técnica nos permite a produção de inferências, elemento fundamental na análise e interpretação dos dados. Segundo Bardin (1997), o ato de inferir significa a realização de uma operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude de sua relação com outras proposições já aceitas como verdades. O cruzamento dos dados coletados a partir do questionário, das entrevistas e do diário de observação foi sendo construído de forma natural, uma vez que o exercício da transcrição nos deu um olhar para aspectos antes não observados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção desse trabalho foi analisar as atribuições da Inspeção Escolar no contexto educacional, procurando evidenciar seu ofício e a necessidade de sua prática pedagógica para a melhoria e a qualidade das escolas e pontuar os desafios dessa profissão frente às mudanças no cenário da educação brasileira.

A pesquisa identificou que a ação do inspetor é complexa, pois este promove e realimenta as ações nas escolas, exercendo múltiplas funções. Seu papel é administrativo e pedagógico. Administrativo quando envolvem as questões de regularidade e funcionamento das escolas. Isto é, atendimento as legislações, criação de portarias, respostas de processo de denúncias administrativas, elaboração de manuais de secretário, de gestão, decreto de criação de escolas, entre outros. Pedagógico porque para cumprir com esse papel o inspetor deve no contexto atual, entender as ações necessárias da gestão educacional, isso implica em: conhecer o estabelecimento de ensino, verificar atos autorizativos; orientar diretores e secretário dentre outras ações.

O serviço de inspeção abrange questões políticas no processo educacional. A escola requer definições de normas, organização pedagógica e administrativa, dessa forma, é preciso romper com as práticas meramente burocráticas, na qual se atua hoje, na secretaria de educação, para que o inspetor se torne um articulador entre legalidade e as atividades desenvolvidas nas unidades de ensino.

O trabalho da inspeção escolar é colaborar para que a escola tenha qualidade, para tanto ela deve nortear a escola em seus projetos políticos pedagógicos, em seus regimentos, permitindo a escola maior autonomia em suas práticas.

Apesar de toda mudança ocorrida no decorrer da História da Educação, o Inspetor hoje, é um profissional consciente da importância de ser mediador e colaborador, pronto para mostrar os caminhos de interligação entre a direção da escola, professores, alunos e comunidade. Contudo o Inspetor atualmente está no enfrentamento da perda do valor da sua função.

Finalmente, pode-se concluir que a atuação do Inspetor Escolar pode e deve continuar, apesar de ser um ofício permitido por Lei, ainda esbarram em muitos desafios para a realização

de seu trabalho.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Humberto Magela de. Inspeção Escolar: do controle à democratização do ensino. 2012. Disponível em <http://blog.newtonpaiva.br/pos/e6-ped43-inspecao-escolar-do-controle-a-democratizacao-do-ensino/> . Acesso em: 13 jun. 2019.
- AUGUSTO, Maria Helena O. Gonçalves. A regulação das políticas educacionais em minas gerais e a obrigação de resultados: o desafio da inspeção escolar. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: FAE – UFMG, 201BARBOSA, M.R.L.S. Inspeção Escolar: um olhar crítico. Uberlândia: Gráfica Composer Editora Ltda, 2008.
- AUGUSTO, M. H.; Oliveira, D. A. O desafio da inspeção escolar e a obrigação de resultados em Minas Gerais. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Recife: ANPAE, v. 27, n. 2, p. 307-320, maio/ago. 2011
- BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Porto, Portugal: Edições 70, 2009. (Obra original publicada em 1977)
- BIASE, Érica Giaretta. O papel do inspetor escolar no processo democrático. Disponível: <http://edivaniaovila.wordpress.com/2009/11/26/o-papel-do-inspetor-escolar/> A
- BRASIL. Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional – LDB. Lei n.934, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.
- CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DE GROUWE, Anton. L’Etat et l’inspection scolaire: une analyse des relations et modèles d’action. Thèse de doctorat. École Doctorale de Sciences Po., CNRS, Paris, 2006.
- FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980. 102 p.
- GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HENGEMUHLE, Adelar. Gestão de ensino e práticas pedagógicas. 7.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
- LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Alternativa,2001.
- LUCK, Heloísa. Dimensões de gestão escolar e suas competências. Curitiba: Editora Positivo, 2009.
- MARCONI, M., LAKATOS, E. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1996. MEDINA, Antônia da Silva. Supervisão Escolar: da educação exercida à ação repensada. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.
- NOVELLO, F.P. Psicologia da adolescência: despertar para a vida. 3 ed. São Paulo: Paulinas, 1990.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

SANTANA, Karine Emanuella Soares. Inspeção Escolar no Processo Motivacional Suas Implicações e Importância na Educação. Disponível em <http://www.catolicaonline.com.br/revistadacatolica/artigosv3n5/artigo40.pdf> Acesso em 13 de setembro de 2019.

SANTOS, Ademir Valdir dos. A Campanha Nacionalista e a Inspeção Escolar. Revista QUAESTIO, Sorocaba, SP, v.10, n. 1/2, maio/nov., 2008.

SARAIVA, Emerson; SOUZA, Kelly. Eu, tu, nós: olhares sobre educação. Editora Valer/Foppi, Manaus, 2006.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. 38 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

SILVEIRA, D. T.; CÓDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDDT, T. E. e SILVEIRA, D. T. (org.). Métodos de Pesquisa. Porto Alegre: Editora de UFRGS, 2009. P. 31 -42.

SOUSA JUNIOR, Justino de Sousa. Marx e a crítica da educação: da expressão liberal-democrática à crise regressivo-destrutiva do Capital. Aparecida: SP: Ideias e Letras, 2010

TAVARES, Ana Cristina Rodrigues; ESCOTT, Clarice Monteiro. A construção da escola de qualidade – uma reflexão sobre o papel do especialista em educação. Série Interinstitucional, V CEPEL, 2007.